



PROCESSO Nº: 10897/2009/001/2009
ASSUNTO: AI Nº 008551/2009
INTERESSADO: VEREDA IMOBILIÁRIA LTDA.



PARECER JURÍDICO

I - RELATÓRIO

O empreendimento foi autuado pela prática da infração tipificada no art. 83, anexo I, códigos 115, do Decreto nº 44.844/2008, conforme narrado pelo fiscal:

"O empreendimento não possui licença de operação e foi constatado o lançamento de esgoto diretamente nas vias públicas, que por sua vez estão indo para as redes pluviais".

Foi aplicada multa simples no valor de R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais) e a atividade ficou suspensa até a regularização da atividade.

Assim, o empreendimento autuado apresentou defesa tempestiva, alegando, em síntese:

- Que seguiu estritamente as orientações relacionadas nas Diretrizes Municipais da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves e nas Diretrizes Metropolitanas;
- Que por ter cumprido as exigências governamentais, não lhe sendo exigida a licença de operação, acabou por não requerê-la;
- que a poluição é de responsabilidade dos moradores do bairro Veredas por lançar o esgoto na via pública e nas redes pluviais;
- fazer jus à redução do valor da multa considerada sua boa-fé, provada, inclusive, pelo início no processo de licenciamento, conforme protocolo de FCEI, na SUPRAM CM, sob o nº R23172/2009.

Assim, passamos à análise da defesa tempestiva, em observância aos princípios do contraditório e ampla defesa.

II – ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, cumpre ressaltar, que o empreendimento autuado não apresentou motivos ou provas capazes de afastar a autuação.



O empreendimento argui ser a autuação insubsistente, uma vez que seguiu estritamente as Diretrizes Municipais mediante a elaboração de laudos e cumprimento de exigências, todavia, tal alegação não é capaz de afastar a exigência legal quanto ao licenciamento no âmbito estadual, vejamos o que o que determina a Lei nº 7.772/80:

"Art. 8º A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como dos que possam causar degradação ambiental, observado o disposto em regulamento, dependerão de prévio licenciamento ou autorização ambiental de funcionamento do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam."

Conforme o art. 5º, da Deliberação Normativa do COPAM nº 58/2002, *"a ocupação de lotes por edificações para fins residenciais configura, para efeito desta Deliberação Normativa, a operação do empreendimento (...)".* Assim, o empreendimento não poderia ter realizado o loteamento, permitido a edificação, construído vias de circulação, sem o devido licenciamento ambiental, cabível ao caso por se enquadrar na classe 3. É o que dispõe a Deliberação Normativa do COPAM nº 74/2004:

"Art. 1º - Os empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente sujeitas ao licenciamento ambiental no nível estadual são aqueles enquadrados nas classes 3, 4, 5 e 6, conforme a lista constante no Anexo Único desta Deliberação Normativa, cujo potencial poluidor/degradador geral é obtido após a conjugação dos potenciais impactos nos meios físico, biótico e antrópico, ressalvado o disposto na Deliberação Normativa CERH n.º 07, de 04 de novembro de 2002."

Noutro giro, vale ressaltar, que o empreendimento somente estaria regular perante o Estado de Minas Gerais, se obtivesse a regularização perante ao mesmo ou se o Município de Ribeirão das Neves, possuísse ao tempo da infração, autorização, mediante ato delegatário, para realizar o licenciamento ambiental, o que não ocorreu. Deste modo, como constatado pelo agente fiscalizador que o loteador iniciou a operação sem a devida licença, correta a lavratura do Auto de Infração.

Inclusive, insta salientar, que conforme consulta ao SIAM (Sistema Integrado de Informações Ambientais), a empresa autuada não obteve a regularização pertinente em nenhuma das fases da atividade.

A empresa interessada tenta se esquivar da responsabilidade frente à degradação ambiental verificada *"in loco"* sob o argumento de que os moradores do bairro despejam o esgotamento na via pública e rede pluvial, contudo, sem nenhuma razão. Além de não ser permitido o loteamento e venda dos lotes sem as adequações ambientais necessárias, conforme o artigo 70, da Lei 9.605/1998, todos que concorrerem direta ou indiretamente para um ilícito administrativo contra o meio ambiente estarão sujeitos a penalidades, vejamos o teor do referido dispositivo legal:



*"Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental **toda ação ou omissão** que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente." (grifo nosso)*

Neste diapasão, correta a atribuição de responsabilidade ao empreendimento Vereda Imobiliária Ltda. pelo lançamento de esgoto nas vias públicas. É o que corrobora o art. 3º da Lei 6.938/1981 ao conceituar poluidor:

*"IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, **direta ou indiretamente**, por atividade causadora de degradação ambiental;"*

Ao final, requer a redução da multa por ter agido de boa-fé, uma vez que cumpriu as exigências feitas pelos órgãos públicos, não lançou o esgoto na via pública e protocolizou FCEI na SUPRAM, após a autuação, objetivando formalizar o licenciamento exigível; todavia, como se viu acima, além do empreendimento não obedecer ao regramento ambiental, não provou fazer jus a nenhuma atenuante dada a gravidade de sua conduta.

Portanto, pugnamos seja **mantida** a penalidade de multa simples no valor de **R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais)**, nos moldes dos artigos 83, anexo I, código 115, do Decreto nº 44.844/2008, bem como a **suspensão das atividades**.

Fica dispensada a análise jurídica da Procuradoria da FEAM, conforme revogação do inciso V, do art. 13, do Decreto nº 45.825/2011 e Parecer Jurídico da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais nº 15.507/2015.

III – CONCLUSÃO


Ante o exposto, remeamos os autos ao Presidente da FEAM e opinamos pela **manutenção** da multa simples no valor de **R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais)**, nos moldes do art. 83, anexo I, código 115 do Decreto nº 44.844/2008, bem como a **suspensão das atividades**.

É o parecer.

A consideração superior.



Belo Horizonte, 26 de maio de 2017.


Luiza Ferraz Souza Frisancho
Analista Jurídico
MASP 1.364.383-8

